

O destino manifesto de Porangatu

20 NOV 1987

(Assinatura de Sarney)

"Custe o que custar, doa a quem doer, resista quem quiser resistir"; com estas palavras, típicas da era dos ditadores que o fim da I Guerra inaugurou, o presidente Sarney selou uma espécie de declaração de guerra à nação brasileira. Não tememos o uso da expressão porque o Programa de Desenvolvimento do Brasil Central — que inclui a Ferrovia Norte-Sul (custo estimado US\$ 2,4 bilhões) e a Usina Siderúrgica do Maranhão - Usmar (custo estimado US\$ 3,8 bilhões) entre outros empreendimentos de vulto — será feito "contra tudo e contra todos". Não haverá voz de razão que impeça; não pode haver a menor objeção a tamanha alocação de recursos sob pena da acusação de *nemico della patria*. Será que os 55 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa, dos quais 22 milhões ganham até dois salários mínimos, concordam em que o fruto do seu trabalho tenha esta direção? Só com a utilização da definição clássica de poder — imposição de vontade com os meios que forem necessários — se conseguirá "convencer" a Nação.

A alternância, no discurso presidencial, de ciclos de euforia (a entre-

vista coletiva de agosto) com ciclos de abatimento profundo que despertam o tempo das represálias ("leiam o *Diário Oficial*"), demonstra a instabilidade que vem caracterizando as ações do presidente da República. O sr. Sarney teve inúmeras oportunidades para praticar a máxima de Alberdi, para quem o presidencialismo é o regime em que o presidente imprime sua marca aos acontecimentos. Como até o presente momento o "imprimir a marca" ao longo da era Sarney foi uma sucessão de sonhos, s. exa., imbuído de uma obsessão redentora, que não nega, pretende agora, até mesmo contra os brasileiros e brasileiras se preciso for, *fazer os acontecimentos*. Este uso intempestivo de um só seu imperativo de vontade poderá ter consequências sobre a ordem institucional do País se o presidente continuar nesse clima emocional.

O governo como um todo revela a instabilidade da ação presidencial. Em quem acreditar, quando um ministro de Estado, em off, garante à imprensa que "acabaram as amarras ideológicas do PMDB", e que o governo formalizará acordo com o Fundo Monetário Internacional e com o

Clube de Paris para que aconteça um retorno dos investimentos, e o presidente da República brada: "Aquilo que a dívida externa faz do Brasil, que é a sangria dos recursos que deviam ser colocados a serviço do nosso povo, também faz com as divisas do petróleo"? Com tantas exposições de incoerência, seria o caso de dar razão ao *Wall Street Journal*, que em matéria de primeira página estampou que o Brasil "corre perigo"? A mesma matéria publica a opinião do executivo Wayne Booker: "Não invista no Brasil se você deseja um retorno em curto prazo". Com que argumentos discordar do sr. Booker?

É preciso seguir apontando a instabilidade de ação que o discurso presidencial revela. "Isto (os empreendimentos programados), para aqueles que vivem os interesses pessoais, individuais, de grupos e de pessoas, não agrada porque não querem a concorrência livre que deve existir no sistema democrático." Duas frases adiante o presidente sentencia: "Já dei a minha contribuição política, e continuarei dando, mas precisamos marcar, tocar e deixar irreversíveis esses projetos". Será que existem dois sistemas democráticos; um,

ESTADO DE SÃO PAULO

a reger a concorrência livre; outro, a reger a Ferrovia Norte-Sul? Entre estas frases há outros aspectos preocupantes: "Vou-me dedicar agora de corpo e alma aos problemas administrativos do Brasil". É difícil deixar de fazer um exercício de lógica elemental e inquirir se os problemas administrativos não foram até agora preocupações presidenciais? Ou será que estamos enganados e a inflação e todo o resto não são problemas administrativos? Continua sendo difícil deixar de lembrar Churchill, às vésperas do Dia D, ao justificar os últimos sacrifícios que pedia aos ingleses, com uma imagem forte: "É só o começo do fim".

O presidente Sarney disse: "Não me faltará o julgamento da História". Esta costuma ser muito cruel com os que acalentam o propósito de tornar realidade a sua vontade pelo uso exclusivo da força; com os que pensam que se pode impunemente proferir o "doa a quem doer", o "custe o que custar". Esperamos que o discurso de 18 de novembro não seja lembrado como o dia em que o presidente Sarney impôs à nação brasileira o destino manifesto de Porangatu...